ACÓRDÃO DA 2ª CAMARA	:	**AC02-G.MJMS-726/2015**
PROCESSO TC/MS	:	TC/10758/2014
PROTOCOLO	:	1525057
ÓRGÃO	:	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
RESPONSÁVEL	:	MARIA NILENE BADECA DA COSTA
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	SECRETÁRIA DE ESTADO
ASSUNTO DO PROCESSO	:	TERMO DE COOPERAÇÃO MUTUA N° 02/2012
RELATORA	:	CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

I – EMENTA

REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS. CONVÊNIO. TERMO DE COOPERAÇÃO MUTUA. CONCESSÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS GUARDAM CONFORMIDADE COM AS NORMAS PERTINENTES À MATÉRIA. LEGALIDADE. CONTAS REGULARES.

Na forma do artigo 59, inciso I, da Lei Complementar n. 160/2012, c/c o artigo 171 do Regimento Interno TCE/MS, aprovado pela Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

II – RELATÓRIO DA MATÉRIA

Trata-se de **Prestação de Contas de Convênio – Termo de Cooperação Mútua n. 02/2012,** celebrado pelo **Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio da **Secretaria de Estado de Educação** e a **Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS – Dourados MS,** objetivando a manutenção do Programa do Transporte Escolar dos alunos residentes fora do perímetro urbano, regularmente matriculados em curso profissionalizante da Rede Estadual de Ensino, conforme previsto pela Cláusula Primeira do Termo (peça 6).

O valor do Termo é de R$ 311.080,00 (trezentos e onze mil e oitenta reais), conforme previsto pela Cláusula Quarta; e, o prazo de vigência é da data da assinatura

(05/07/2012) e término em 31/12/2012, conforme previsto pela Cláusula Décima Primeira.

A 6ª Inspetoria de Controle Externo analisou os autos (peça 13), e consignou que a Convenente prestou contas à Concedente dentro do prazo estabelecido, e o resumo da aplicação dos recursos apresentou a seguinte posição:

Valor do Convênio	R$ 311.080,00
Total Nota de Crédito	R$ 311.080,00
Total Repassado	R$ 311.080,00
Valor da aplicação financeira	R$ 8.098,17
Total dos Recursos	R$ 319.178,17
Total das despesas	R$ 309.900,15
Total Devolução de Recursos	R$ 9.278,02
Total da Prestação de Contas	R$ 319.178,17

Aduz, ao final, que a presente prestação de contas reúne condições para obter a aprovação desta Corte Fiscal, uma vez que atende as condições previstas no Termo de Cooperação e legislação pertinente.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas lançou seu parecer (peça 15) e, no mesmo sentido, opina pelo julgamento desta prestação de contas como **contas regulares**, com lastro nas disposições insculpidas no artigo 35, inciso III, da Lei Complementar nº 160/2012 combinado com o artigo 10, § 3º, inciso I da Resolução Normativa TC/MS nº 076, de 11 de dezembro de 2013.

III – DO VOTO

Observa-se da leitura dos autos que tanto a equipe técnica da 6ª Inspetoria de Controle Externo como o representante do Ministério Público de Contas apresentam posicionamento pela aprovação desta **Prestação de Contas de Termo de Cooperação Mútua n. 02/2012,** celebrado pela **Secretaria de Estado de Educação.**

Analisando o caso, verifico que assiste razão aos órgãos de apoio que pugnam pelo julgamento desta prestação de contas como **Contas Regulares**, em razão de que foram observadas as prescrições legais e normas regulamentares desta Corte Fiscal.

Há que se reconhecer que o objeto do Termo fora atingido, e a concessão, a aplicação e a prestação de contas, guardam conformidade com as normas contidas na legislação pertinente, totalizando o valor comprovado em R$ 319.178,17 (trezentos e dezenove mil cento e setenta e oito reais e dezessete centavos).

IV – A DECISÃO

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, na 7ª Sessão Ordinária da **2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul**, proferida no dia 5 de maio de 2015, em conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos e acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **ACORDAM,** os Senhores Conselheiros, nos termos do relatório e voto da Conselheira Relatora:

1) **-** pelo julgamento desta Prestação de Contas de **Termo de Cooperação Mútua n. 02/2012**, celebrado pela **Secretaria de Estado de Educação** e a **Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS/Dourados MS,** como **CONTAS REGULARES,** com fulcro no artigo 59, inciso I, da Lei Complementar n.

160/2012, c/c o artigo 171 do Regimento Interno TCE/MS, aprovado pela Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013;

2) – pela comunicação do **resultado do julgamento** às Autoridades Administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n. 160/2012.

V – Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Iran Coelho das Neves. Participaram do julgamento, Excelentíssimo Senhor Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, Excelentíssima Senhora Conselheira-Substituta Patrícia Sarmento dos Santos. Presente o Representante do Ministério Público de Contas Excelentíssimo Senhor Procurador de Contas Dr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande – MS, 12 de maio de 2015.

Conselheira Marisa Serrano

Relatora

mmm